

Detalhe de Oferta de Emprego

Caracterização da Oferta

Código da Oferta: OE201905/0516

Tipo Oferta: Procedimento Concursal Comum

Estado: Expirada

Nível Orgânico: Outros

Orgão / Serviço: AIRC - Associação de Informática da Região Centro

Vínculo: CTFP a termo resolutivo certo

Duração: 12

Regime: Carreiras Não Revistas

Carreira: Especialista de Informática

Categoria: Especialista Informática Grau 1 Nível 2

Grau de Complexidade: 0

Remuneração: Fixada nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do DL n.º 97/2001, de 26 de março

Suplemento Mensal: 0.00 EUR

Funções gerais: O especialista de informática desempenha funções de conceção e aplicação nas seguintes áreas: Gestão e arquitetura de sistemas de informação; Infraestruturas tecnológicas; e, Engenharia de software. Análise, conceção e gestão de sistemas de informação (de acordo com a Portaria n.º 358/2002, de 3 de abril)

Principais tarefas e atribuições de acordo com o Mapa de Pessoal: Desempenhar tarefas ao nível da Engenharia de Software, definido arquiteturas aplicacionais e realizando análise de requisitos. Coordenar projetos de desenvolvimento aplicacional. Conceber, criar e desenvolver aplicações e sistemas informáticos no âmbito das áreas de atuação da AIRC, nomeadamente: Portais WEB de Atendimento Presencial, Serviços Online e Intranet; na área Financeira, de gestão de Refeições e Transportes Escolares; na área Administrativa, de gestão Documental, gestão de Faturação e gestão de Recursos Humanos. Prestar apoio e suporte técnico aos clientes e utilizadores dos sistemas e soluções de software desenvolvidas pela AIRC através dos canais definidos para a realização desta atividade (correio eletrónico e tradicional, e telefone). Prestar serviços de consultoria e auditoria aos clientes, no âmbito dos sistemas de gestão comercial de águas, saneamento e resíduos sólidos. Implementar ferramentas de monitorização das atividades relacionadas com a gestão comercial de águas, saneamento e resíduos sólidos (business intelligence) e implementação de regulamentos, tarifários e sistemas de controlo interno. Implementar e parametrizar soluções de software AIRC de gestão comercial de águas, saneamento e resíduos sólidos. Colaborar na recolha, tratamento e registo de todos os pedidos (em plataforma própria) dos clientes, relacionados com oportunidades de melhoria e de valorização dos produtos, erros detetados e novas funcionalidades a implementar e na análise e interpretação dos enquadramentos legais, regulamentos e conteúdos normativos que condicionem ou determinem a alteração de capacidades e funcionalidades das aplicações existentes. Colaborar com o Gabinete de Qualidade e Métodos da AIRC no desenvolvimento e manutenção dos manuais dos diferentes produtos desenvolvidos e assegurar o estrito cumprimento das normas existentes relativas à forma e conteúdo deste tipo de artefactos. Colaborar no processo e atividades de teste, cumprindo rigorosamente os procedimentos e instruções emanadas pelo Gestor de Testes e Qualidade de Software da AIRC, designadamente registando as atividades de teste em ferramenta própria e desenvolvendo os artefactos definidos para aquela função. Prestar serviços de formação aos clientes, nos âmbitos e soluções de software associadas à função. Participar em iniciativas comerciais e de divulgação juntamente com o Departamento de Marketing e Comercial, colaborando na apresentação dos recursos, capacidades e vantagens dos produtos e, cooperando em ações de pré-venda (especificação, integração, compatibilização). Analisar e interpretar textos técnicos escritos na língua Inglesa, relevantes para o desempenho das suas funções.

Caracterização do Posto de Trabalho:

Requisitos de Admissão

Nomeação definitiva

Nomeação transitória, por tempo determinável

Nomeação transitória, por tempo determinado

Relação Jurídica: CTFP por tempo indeterminado

CTFP a termo resolutivo certo

CTFP a termo resolutivo incerto

Sem Relação Jurídica de Emprego Público

a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;

b) 18 anos de idade completos;

Requisitos para a Constituição de Relação Jurídica:

c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;

d) Robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício das funções;

e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

Autorização dos membros do Governo Despacho do Sr. Presidente do Conselho Diretivo, de 18 de março de 2019.
Artigo 30.º da LTFP:

Requisitos de Nacionalidade: Sim

Habilitação Literária: Licenciatura

Descrição da Habilitação Literária: Licenciatura na área de tecnologias, no domínio da informática, nos termos do DL 97/2001, de 26/03

Grupo Área Temática	Sub-área Temática	Área Temática
Tecnologias	Electrotecnia / Informática / Automação / Controlo	Engenharia Informática

Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
AIRC - Associação de Informática da Região Centro	2	Coimbra iParque, Lote nº 15, Antanhol	Coimbra	3040540 COIMBRA	Coimbra	Coimbra

Total Postos de Trabalho: 2

Nº de Vagas/ Alterações

Formação Profissional

Outros Requisitos: Requisitos Preferenciais: possuir Conhecimentos e Experiência na área das funções.

Formalização das Candidaturas

Envio de Candidaturas para: Coimbra iParque, Lote nº 15, Antanhol / 3040-540 Coimbra

Contacto: 239850500

Data Publicitação: 2019-05-17

Data Limite: 2019-05-30

Texto Publicado

Jornal Oficial e Orgão de Comunicação Social:

Texto Publicado em Jornal Oficial: Concurso externo de ingresso para ocupação de 2 (dois) postos de trabalho na categoria de Especialistas de Informática de Grau 1, nível 2, da carreira (não revista) de Especialista de Informática, do mapa de pessoal da Associação de Informática da Região Centro (AIRC), em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo determinado. 1 — Nos termos do n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-lei n.º 204/98, de 11 de julho, conjugado com o disposto no artigo 33.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna -se público, que por meu despacho de 18 de março de 2019, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no Diário da República, concurso externo de ingresso para o preenchimento de 2 (dois) postos de trabalho, previstos e não ocupados no mapa de pessoal da Associação de Informática da Região Centro (AIRC), em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo determinado (um ano, renovável no máximo até três anos, nos termos dos termos da alínea h, do n.º 1 do artigo 57.º e do n.º 1 do artigo 60, ambos da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho), na categoria de Especialista de Informática, grau 1, nível 2 – área de Desenvolvimento (Engenharia de Software) –, da carreira (não revista) de Especialista de Informática. 2 — Para efeitos do disposto nos n.ºs 1 a 6 do artigo 34.º da Lei n.º

25/2017, de 30 de maio, foi consultada a Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA) no âmbito do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação, tendo sido emitida, a 4 de março de 2019, declaração de que "não existem trabalhadores em situação de valorização profissional com o perfil identificado por esse organismo". 3 — Em conformidade com o disposto na alínea d) do artigo 7.º do Decreto-lei n.º 204/98, de 11 de julho, no n.º 4 do artigo 34.º, da Lei n.º 25/2017, de 30 de maio, relativamente a reservas de recrutamento, foi consultada a Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), que atualmente é a Entidade Centralizada para a Constituição de Reservas de Recrutamento (ECCRC), registando-se a seguinte resposta: "não tendo ainda decorrido qualquer procedimento concursal para a constituição de reservas de recrutamento, declara-se a inexistência, em reserva de recrutamento, de qualquer candidato com o perfil adequado." 4 — Legislação aplicável: Decreto-lei n.º 204/98, de 11 de julho; Decreto-lei n.º 97/2001, de 26 de março; Portaria n.º 358/2002, de 3 de abril, Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual; Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril; Código do Procedimento Administrativo. 5 — Prazo de validade: O concurso é válido para o preenchimento dos postos de trabalho a concurso e, em conformidade com alínea d) do artigo 7.º do Decreto-lei n.º 204/98, de 11 de julho, mantem-se válido para ocupação de idênticos postos de trabalho, a ocorrer no prazo máximo de 1 ano contado da data de homologação da lista de ordenação final do presente procedimento, caso se verifique a condição prevista no n.º 1 do artigo 40.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro. 6 — Local de trabalho: instalações da AIRC, sitas no Coimbra IParque, Lote 15, Antanhol, Coimbra e instalações dos seus Clientes. 7 — Caracterização dos postos de trabalho: 7.1 — Funções gerais: O especialista de informática desempenha funções de conceção e aplicação nas seguintes áreas: Gestão e arquitetura de sistemas de informação; Infraestruturas tecnológicas; e, Engenharia de software. Análise, conceção e gestão de sistemas de informação (de acordo com a Portaria n.º 358/2002, de 3 de abril) 7.2 — Principais tarefas e atribuições de acordo com o Mapa de Pessoal: Desempenhar tarefas ao nível da Engenharia de Software, definido arquiteturas aplicacionais e realizando análise de requisitos. Coordenar projetos de desenvolvimento aplicacional. Conceber, criar e desenvolver aplicações e sistemas informáticos no âmbito das áreas de atuação da AIRC, nomeadamente: Portais WEB de Atendimento Presencial, Serviços Online e Intranet; na área Financeira, de gestão de Refeições e Transportes Escolares; na área Administrativa, de gestão Documental, gestão Urbanística e gestão de Faturação de Água; na área Recursos Humanos, de gestão de Pessoal e serviços de integração. Utilizar linguagens de programação C, C#, Java e linguagens para desenvolvimento web, nomeadamente HTML5, PHP, Javascript e CSS. Utilizar Tecnologias Java, Hibernate e Angular. Desenvolver aplicativos móveis nas áreas da gestão Documental, gestão de Faturação e gestão de Recursos Humanos. Prestar apoio e suporte técnico aos clientes e utilizadores dos sistemas e soluções de software desenvolvidas pela AIRC através dos canais definidos para a realização desta atividade (correio eletrónico e tradicional, e telefone). Prestar serviços de consultoria e auditoria aos clientes, no âmbito dos sistemas de gestão comercial de águas, saneamento e resíduos sólidos. Implementar ferramentas de monitorização das atividades relacionadas com a gestão comercial de águas, saneamento e resíduos sólidos (business intelligence) e implementação de regulamentos, tarifários e sistemas de controlo interno. Implementar e parametrizar soluções de software AIRC de gestão comercial de águas, saneamento e resíduos sólidos. Colaborar na recolha, tratamento e registo de todos os pedidos (em plataforma própria) dos clientes, relacionados com oportunidades de melhoria e de valorização dos produtos, erros detetados e novas funcionalidades a implementar e na análise e interpretação dos enquadramentos legais, regulamentos e conteúdos normativos que condicionem ou determinem a alteração de capacidades e funcionalidades das aplicações existentes. Colaborar com o Gabinete de Qualidade e Métodos da AIRC no desenvolvimento e manutenção dos manuais dos diferentes produtos desenvolvidos e assegurar o estrito cumprimento das normas existentes relativas à forma e conteúdo deste tipo de artefactos. Colaborar no processo e atividades de teste, cumprindo rigorosamente os procedimentos e instruções emanadas pelo Gestor de Testes e Qualidade de Software da AIRC, designadamente registando as atividades de teste em ferramenta própria e desenvolvendo os artefactos definidos para aquela função. Prestar serviços de formação aos clientes, nos âmbitos e soluções de software associadas à função. Participar em iniciativas comerciais e de divulgação juntamente com o Departamento de Marketing e Comercial, colaborando na apresentação dos recursos, capacidades

e vantagens dos produtos e, cooperando em ações de pré-venda (especificação, integração, compatibilização). Analisar e interpretar textos técnicos escritos na língua Inglesa, relevantes para o desempenho das suas funções. 8 — Remuneração: A remuneração será fixada nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março. 8.1 — Para efeitos do n.º 1, do artigo 21.º da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para 2019, regista-se a inexistência de despacho prévio favorável, não sendo possível “a utilização e amplitude conferida ao mecanismo de negociação previsto no artigo 38.º da LTFP (...), quando vá para além da primeira posição remuneratória da carreira ou da posição definida em regime próprio”. 8.2 — Em cumprimento do n.º 3 do artigo 38.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, os candidatos com vínculo de emprego público informam prévia e obrigatoriamente o empregador público do posto de trabalho que ocupam e da posição remuneratória correspondente à remuneração que auferem. 9 — Âmbito do recrutamento: Estes Concursos Externos de Ingresso são abertos ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 a 3, do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (LTFP), prevendo-se também, em caso de impossibilidade de ocupação de todos os postos de trabalho, a hipótese de admitir candidatos que se inscrevam no universo do n.º 4, do citado Artigo 30.º, da mesma LTFP, conforme parecer emitido em reunião do Conselho Diretivo, de 17/01/2019. Parecer favorável, aquele firmado por meu despacho de 18 de março de 2019, pelo que em linha com o princípio da eficiência e economia, proceder-se-á, em sede destes procedimentos concursais, ao recrutamento concomitante de candidatos que: (i) se inscrevam no universo a que se refere o n.º 3, do artigo 30.º da LTFP; e (ii) se inscrevam no universo a que se refere o n.º 4, do referido artigo 30.º, da LTFP. 10 — Requisitos de Candidatura: 10.1 — Requisitos Gerais de admissão: A constituição da relação jurídica de emprego público depende da reunião, pelos candidatos, dos requisitos previstos no artigo 17.º, da Lei Geral do Trabalho em funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o que deverá ser declarado obrigatoriamente no formulário tipo de candidatura (“Requerimento de Admissão a Concurso - Carreiras de Informática”), sob pena de exclusão. 10.2 — Requisitos específicos de admissão: Formação académica de nível de licenciatura na área de tecnologias, no domínio da informática, nos termos do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março. 10.3 — Requisitos Preferenciais: possuir Conhecimentos e Experiência na área das funções (de acordo com ponto 7 do presente). 11 — Quota de emprego para pessoas com deficiência: 11.1 — Para efeitos de admissão ao procedimento concursal, e nos termos do artigo 6.º, do Decreto-lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, os candidatos com deficiência devem declarar no formulário tipo de candidatura, sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade e tipo de deficiência, e indicar se necessitam de meios/condições especiais para a realização dos métodos de seleção. 11.2 — Em cumprimento do disposto no n.º 3, do artigo 3.º, do Decreto-lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, o(a) candidato(a) aprovado nos métodos de seleção, que seja portador de deficiência devidamente comprovada, com incapacidade igual ou superior a 60%, tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal. 12 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a “Administração Pública enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação”. 13 — Formalização das candidaturas (Prazo, Forma e Local): a) Prazo: 10 dias úteis, contados da data da presente publicação; b) Forma: Em suporte de papel, mediante o preenchimento devido do Requerimento de Admissão a Concurso - Carreiras de Informática – formulário tipo de candidatura, de utilização obrigatória –, disponível junto dos serviços administrativos da AIRC ou em www.airc.pt, acompanhado da documentação indicada no ponto 14. que se segue; c) Local: Pessoalmente, nas instalações da AIRC, nos dias úteis das 9h às 12h00 e das 14h às 17h00, ou remetida por correio registado com aviso de receção, dirigida ao Sr. Presidente da Direção da Associação de Informática da Região Centro (AIRC), para o endereço postal: Coimbra iParque, Lote nº 15, Antanhol / 3040-540 Coimbra, em ambos os casos, até à data limite indicada na alínea a) que antecede. Não é admissível a formalização de candidaturas ou o envio de documentos por correio eletrónico. 14 — O “Requerimento de Admissão a Concurso” (formulário tipo referido no ponto que antecede, de utilização obrigatória, sob pena de exclusão) deve ser acompanhado da fotocópia do Cartão de Cidadão ou do Bilhete de Identidade e do cartão de contribuinte fiscal, e, sob pena de exclusão, da seguinte documentação: a) Curriculum Vitae (em modelo Europeu – Europass) detalhado, atualizado e assinado, mencionando nomeadamente a experiência profissional atual e anterior relevante para o

exercício das funções do lugar a concurso (com indicação dos respetivos períodos de permanência e atividades relevantes), as ações de formação e aperfeiçoamento profissional relevantes com referência à sua duração; b) Cópia do certificado de habilitações literárias ou outro documento idóneo, legalmente reconhecido para o efeito; c) Cópia dos documentos comprovativos das ações de formação frequentadas (especializações, seminários, cursos e ações de formação realizados), com indicação do período em que as mesmas decorreram e respetiva duração; d) Fotocópias de outros documentos comprovativos dos factos referidos no Curriculum Vitae. 14.1 — No caso de o(a) candidato(a) já deter vínculo de emprego público, deverá ainda, igualmente sob pena de exclusão, apresentar a respetiva declaração comprovativa atualizada (com data reportada ao prazo estabelecido para apresentação das candidaturas), emitida e autenticada pelo(s) Serviço(s) de origem, que circunstancie: i) a respetiva relação jurídica de emprego público; ii) carreira e categoria em que se encontra integrado; iii) atribuição, competência e atividade que se encontra a cumprir ou a executar, ou por último haja cumprido ou executado, caracterizadoras do inerente posto de trabalho, conforme descrito no respetivo Mapa de Pessoal; iv) tempo de exercício de funções na categoria, em anos, meses e dias, no quadro de integração em carreira (conforme n.º 1, do artigo 79.º, da LTFP) e no cumprimento ou execução da atribuição, competência ou atividade caracterizadoras dos postos de trabalho objeto do presente procedimento; v) avaliação do desempenho referente ao último período de avaliação em que o(a) candidato(a) cumpriu ou executou atribuição, competência ou atividade idêntica à do posto de trabalho a ocupar, ou, se for o caso, declaração comprovativa de que o(a) candidato(a) não foi avaliado nesse período com indicação do respetivo motivo; vi) posição remuneratória correspondente à remuneração auferida. 15 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei, conforme o disposto no artigo 47.º do Decreto-lei n.º 204/98, de 11 de julho. 16 — Métodos de seleção: a seleção dos candidatos será feita mediante concurso de prestação de provas nos termos do n.º 2, alínea b), do artigo 8.º do Decreto-lei n.º 97/2001, de 26 de março, sendo os métodos utilizados a Prova de Conhecimentos (PC), valorizada em 60% e a Avaliação Curricular (AC), valorizada em 40%, de acordo com o previsto nos Artigos 20.º e 22.º do referido Decreto-Lei n.º 204/98. Cada um destes métodos será de caráter eliminatório, caso a classificação seja inferior a 9,5 valores. A falta de comparência dos candidatos a qualquer um dos métodos de seleção equivale à desistência do procedimento concursal, e consequente exclusão. 17 — A Prova de Conhecimentos (PC) visa avaliar os conhecimentos académicos e profissionais dos candidatos, exigíveis e adequados ao exercício da função. Revestirá a forma escrita, de natureza teórica específica, e será constituída por questões de escolha múltipla, com a duração de 90 minutos, com tolerância de 15 minutos. Versará sobre conhecimentos gerais e específicos. Durante a realização da prova de conhecimentos não é autorizada a utilização de telemóveis, computadores portáteis ou qualquer outro aparelho eletrónico ou computadorizado. 17.1 — Conhecimentos específicos: Programação em Java; Redes da Comunicação e Tecnologias da Internet; Planeamento e gestão de sistemas de informação; Definição de arquiteturas de sistemas de informação; Desenvolvimento e entrega de aplicações informáticas; Verificação e validação de aplicações informáticas; e Privacidade e segurança de sistemas informáticos. 17.1.1 — Bibliografia respetiva (sem possibilidade de consulta): Aiello, B. & Sachs, L. (2016). "Agile Application Lifecycle Management: Using DevOps to Drive Process Improvement". Boston: Pearson Education, Inc. Bloch, J. (2008). "Effective Java: Programming Language Guide". Boston: Addison-Wesley. Bloomberg, J. (2013). "The Agile Architecture Revolution: How Cloud Computing, REST-Based SOA, and Mobile Computing Are Changing Enterprise IT". New Jersey: John Wiley & Sons, Inc. (1st edition). Boavida, F. & Bernardes, M. (2012). "TCP/IP Teoria e Prática". Lisboa: FCA. Coelho, P. (2016). "Programação em Java - Curso Completo". (5.ª Ed.) Lisboa: FCA. Cohn, M. (2004). "User Stories Applied: For Agile Software Development". Boston: Pearson Education, Inc. (1st edition). Crispin, L. & Gregory, J. (2009). "Agile Testing: A Practical Guide for Testers and Agile Teams". Boston: Pearson Education Inc. Damas, L. (2017). "SQL" (14ª ed.). Lisboa: FCA. Darwin, I. F., Loukides, M., & Haskins, L. (2014). "Java cookbook". Beijing: O'Reilly. Erl, T. & Carlyle, B. (2013). "SOA with REST: Principles, Patterns & Constraints for Building Enterprise Solutions with REST". USA: Prentice Hall. Humble, J & Farley, D. (2010). "Continuous Delivery: Reliable Software Releases through Build, Test, and Deployment Automation". Boston: Pearson Education, Inc. Kalin, M. (2013). "Java web services: Up and running". Sebastopol: O'Reilly Media. Kim, G., Humble, J., Debois, P., Willis, J. & Allspaw, J. (). "The DevOps Handbook: How to Create World-Class Agility, Reliability, and Security in Technology Organizations", Portland: IT Revolution Press. Kurose, J. & Ross, K. (2005). "Computer Networking – a top-down approach featuring the Internet". Addison-

Wesley, Matthias, K. & Kane, S. P. (2015). "Docker: Up & Running: Shipping Reliable Containers in Production". Sebastopol: O'Reilly Media Inc. Miell, I. & Sayers, A. H. (2016). "Docker in Partice". New York: Manning Publications Co. (1st Edition). Monteiro, E. & Boavida, Fernando (2000). "Engenharia de Redes Informáticas". Lisboa: FCA. Osherove, R. (2009). "The Art of Unit Testing: with Examples in.NET". Greenwich: Manning Publications. Refsnes, H. (2010). "Learn HTML and CSS with w3schools". Hoboken, NJ: Wiley. Richardson, L., & Ruby, S. (2007). "RESTful web services". Beijing: O'Reilly. Schildt, H. (2017). "Java the Complete Reference". (10.^a Ed.) US: McGrawHill. Shklar, L. & Rosen, R. (2009). "Web Application Architecture: Principles, Protocols and Practices". Hoboken, NJ: John Wiley & Sons. Tahchiev, P. (2011). "JUnit in action." Stamford: Manning Publications. Westby, E. J. H. (2015). "Git for Teams: A User-Centered Approach to Creating Efficient Workflows in Git", Sebastopol: O'Reilly Media (1st edition). 17.1.2 — Webgrafia respetiva (sem possibilidade de consulta):
<https://www.infoq.com/br/presentations/principios-solid>
<https://dzone.com/articles/invest-user-stories>
<http://www.pedromendes.com.br/2016/01/02/microservicos/>
<https://www.martinfowler.com/bliki/TechnicalDebt.html>
<https://www.atlassian.com/continuous-delivery/continuous-integration/ci-friendly-git-repos> <http://www.pedromendes.com.br/2009/03/04/traducao-do-artigo-sobre-integracao-continua/> <https://www.atlassian.com/continuous-delivery/principles/workflows-with-feature-branching-and-gitflow>
<https://www.martinfowler.com/continuous-delivery/continuous-integration>
<https://www.martinfowler.com/articles/web-security-basics.html>
<http://www.guru99.com/agile-testing-a-beginner-s-guide.html>
<https://www.atlassian.com/continuous-delivery/software-testing>
<https://www.microsoft.com/pt-pt/cloud-platform/development-operations>
<https://angular.io/> <https://www.typescriptlang.org/> <https://www.javascript.com/>
<https://dev.w3.org/html5/html-author/> <https://www.postgresql.org/>
<http://hibernate.org/> <https://slack.com/> <https://www.atlassian.com/software/jira>
<https://bitbucket.org/> <https://git-scm.com/> <https://junit.org/junit5/>
<https://cucumber.io/> <https://docs.cucumber.io/gherkin/>
<https://www.seleniumhq.org/> <https://www.protractortest.org/#/>
<https://jmeter.apache.org/> <https://jenkins.io/> <https://www.docker.com/>
<https://www.agilealliance.org/> <https://www.scrum.org/> <https://devops.com/>
https://en.wikipedia.org/wiki/Cloud_computing
<https://introcs.cs.princeton.edu/java/home/>
<https://docs.oracle.com/javase/tutorial/>
<http://www.oracle.com/technetwork/java/embedded/overview/index.html>
<http://docs.oracle.com/javaee/6/tutorial/doc/>
<https://javaee.github.io/tutorial/toc.html>
<http://www.oracle.com/technetwork/java/index-138747.html>
<https://www.ibm.com/developerworks/library/ws-restful/index.html>
<https://www.smashingmagazine.com/2018/01/understanding-using-rest-api/>
<https://developer.mozilla.org/en-US/docs/Learn/CSS>
<https://developer.mozilla.org/en-US/docs/Learn/HTML>
<https://www.w3.org/standards/> <https://www.w3schools.com/sql/default.asp>
<https://docs.oracle.com/en/database/> 17.2 — Conhecimentos gerais (com possibilidade de consulta aos diplomas legais, desde que impressos e não anotados ou comentados): Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (na sua redação atual); Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP), Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro (na sua redação atual), aplicada às autarquias locais pelo Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de setembro (mais informação em www.dgaep.gov.pt); Estatuto das carreiras, categorias e funções do pessoal de informática – Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março; Áreas e conteúdos funcionais das carreiras do pessoal de informática da Administração Pública – Portaria n.º 358/2002, de 3 de abril; Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais (mais informações em <https://www.cnpd.pt/> e https://ec.europa.eu/commission/priorities/justice-and-fundamental-rights/data-protection_pt), Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2018, de 28 de março, Código de Conduta e Política de Privacidade da AIRC (mais informações em www.airc.pt); Norma ISO 27000; Cibercrime: Lei do Cibercrime, aprovada pela Lei n.º 109/2009, de 15 de setembro, Convenção sobre o Cibercrime, aprovada pela Resol. da AR n.º 88/2009, de 15 de setembro, e Protocolo Adicional à Convenção sobre o Cibercrime, aprovado pela Resol. n.º 91/2009, de 15 de setembro; Constituição da República Portuguesa (7.ª Revisão Constitucional); Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (na sua redação atual); Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro (na sua redação atual); Lei-quadro da

transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais: Lei n.º 50/2018, de 16 de Agosto; Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro; Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública: informação e bibliografia disponível em www.cnc.min-financas.pt/sncap2017.html e Nunes, A. V., Rodrigues, L. L. e Viana, L. C. (2016). "Sistema de Normalização Contabilística – Administrações Públicas". Coimbra: Edições Almedina; Novo Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro (na sua redação atual); Regulamento de Registo, Classificação e Licenciamento de Cães e Gatos, aprovado pela Portaria n.º 421/2004, de 24 abril; Sistema de Identificação e Registo de Caninos e Felinos (SICAPE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 313/2003, de 17 dezembro (na sua redação atual); Aplicações Desenvolvidas pela AIRC, tais como: ERP AIRC, My Doc, My Net, BI AIRC e AIRCSIG (informações disponíveis em www.airc.pt); Compreensão da Língua Inglesa: a prova poderá conter questões em Inglês para aferir a capacidade para analisar e interpretar textos técnicos escritos na língua Inglesa, relevantes para o desempenho das suas funções.

18 — A Avaliação Curricular (AC) visa avaliar as aptidões profissionais dos candidatos com base na análise dos respetivos currículos das funções. Sempre que algum dos documentos apresentados (ou a falta de apresentação) pelos candidatos impossibilite a avaliação de um dos parâmetros relativos à Avaliação Curricular, ser-lhe-á atribuída a nota mínima prevista para esse parâmetro. A Avaliação Curricular será expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas, sendo a classificação obtida através da média aritmética ponderada das classificações dos elementos a avaliar, seguindo o seguinte critério: $AC = [HA + FP + (EP \times 2) + AD] / 5$ Em que: – HA = Habilitação Académica de Base – Certificada pelas entidades competentes igual, equivalente ou superior à exigida para integração na carreira visada no presente curso. – FP = Formação Profissional - Serão considerados apenas os cursos de formação que sejam relevantes para a área funcional do presente procedimento concursal devidamente comprovados. As ações de formação cujo comprovativo não especifique o número de horas, não serão pontuadas. Este parâmetro será avaliado e pontuado de acordo com o somatório do número de horas de formação relevante. – EP = Experiência Profissional – Este parâmetro refere-se ao desempenho efetivo de funções na carreira visada no presente procedimento com incidência sobre a execução de atividades inerentes aos postos de trabalho do presente procedimento (com base nos conteúdos funcionais definidos) e ao grau de complexidade das mesmas. Serão avaliadas e pontuadas as Experiências Profissionais [devidamente comprovadas através de declaração a emitir pelo(s) serviço(s) de origem] em três subcategorias: Experiência Profissional na Carreira de Especialista de Informática ou equivalente, quando a experiência seja no privado (EPCI); Experiência Profissional no Desenvolvimento de Aplicações para Autarquias (EPDAA); Experiência Profissional no desenvolvimento de Aplicações AIRC (EPAAIRC). A pontuação final deste parâmetro (EP) resultará da média aritmética da soma da pontuação obtida em cada uma das subcategorias. – AD = Avaliação do Desempenho – Este parâmetro refere-se ao último período, não superior a três anos, em que o(a) candidato(a) cumpriu ou executou atribuição, competência ou atividade idênticas às do posto de trabalho a ocupar. A classificação deste parâmetro será obtida pela conversão da avaliação/nota numa escala de 0 a 20 valores (quando utilizada outra escala). Na ausência de qualquer avaliação de desempenho, por facto não imputável ao(à) candidato(a), será aplicada a seguinte fórmula: $AC = [HA + FP + (EP \times 3)] / 5$

19 — O local, a data e a hora da realização da prova escrita de conhecimentos serão divulgados nos termos do artigo 35.º do Decreto-lei n.º 204/98, de 11 de julho.

20 — A classificação final (CF) é expressa numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se não aprovados os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 valores, conforme estatuído no artigo 36.º do Decreto-lei n.º 204/98, de 11 de julho, e resultará da aplicação da seguinte fórmula: $CF = (PC \times 60\%) + (AC \times 40\%)$ Sendo que: CF — Classificação Final PC — Prova de Conhecimentos AC — Avaliação Curricular

21 — Estágio: 21.1 — O estágio para ingresso nas carreiras de informática tem caráter probatório e a duração de seis meses, nos termos do disposto no artigo 10.º do Decreto-lei n.º 97/2001, de 26 de março. 21.2 — O estagiário aprovado com classificação final de estágio não inferior a 14 valores será contratado em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo determinado, passando a ser remunerado pela categoria de especialista de informática do grau 1, nível 2, nos termos do disposto nos artigos 8.º e 10.º do Decreto-lei n.º 97/2001, de 26 de março.

22 — Composição do júri do concurso: Presidente do Júri – Dra. Marta Alexandra Félix Lemos, Diretora Geral da AIRC, Técnica Superior, Pós-Graduada em Gestão de Equipas e Pessoas e em Gestão Financeira Autárquica. Vogais efetivos – Eng. Rui Filipe Sousa Amaro, Especialista de Informática e Coordenador da Equipa de Soluções Cloud do

Departamento de Investigação e Desenvolvimento da AIRC, e Dr. Luís Manuel Soares Fernandes Rodrigues, Especialista Informática e Coordenador da Área de Receita do Departamento de Suporte e Serviços aos Clientes, Vogais Suplentes – Dr. Francisco José dos Santos Lapa, Técnico Superior e Chefe da Divisão de Aplicações da área de Recursos Humanos e Gestor da Formação da AIRC, e Eng. Ricardo Machado Ferreira, Especialista de Informática e Coordenador da Equipa de Contabilidade do Departamento de Investigação e Desenvolvimento da AIRC. 23 — As atas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos de seleção a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método, serão facultadas aos candidatos sempre que solicitadas. 24 — A ordenação final dos candidatos é efetuada de acordo com a escala classificativa de 0 a 20 valores, em resultado da média aritmética ponderada das classificações quantitativas obtidas em cada método de seleção. Em situação de igualdade de valoração, respeitar-se-á a ordem de prioridade no recrutamento no artigo 37.º da Lei n.º 204/98, de 11 de julho e esgotados estes critérios, caso se mantenha a igualdade, aplicar-se-á, subsidiariamente, o previsto no artigo n.º 35 na Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua redação atual, sem prejuízo do artigo 66.º da LTFP. 25 — A relação de candidatos admitidos e a lista de classificação final serão afixadas em local visível e público das instalações da AIRC e disponibilizadas na sua página eletrónica em www.airc.pt. A referida lista de classificação final será ainda notificada aos candidatos nos termos do artigo 40.º do Decreto-lei n.º 204/98, de 11 de julho. 2 de maio de 2019. — O Presidente do Conselho Diretivo da AIRC, Raúl José Rei Soares de Almeida.

Observações

Nota 1: Aconselha-se a leitura integral do Aviso de Aberto do Concurso Externo, disponível igualmente no site da AIRC em www.airc.pt

Nota 2: As candidaturas deverão ser formalizadas em suporte de papel, mediante o preenchimento devido do "Requerimento de Admissão a Concurso - Carreiras de Informática" – formulário tipo de candidatura, de utilização obrigatória –, disponível junto dos serviços administrativos da AIRC ou em www.airc.pt, acompanhado da documentação exigida. Devendo ser entregues pessoalmente, nas instalações da AIRC, nos dias úteis das 9h às 12h00 e das 14h às 17h00, ou remetidas por correio registado com aviso de receção, dirigidas ao Sr. Presidente do Conselho Diretivo da Associação de Informática da Região Centro (AIRC), para o endereço postal: Coimbra iParque, Lote nº 15, Antanhol / 3040-540 Coimbra, em ambos os casos, até à data limite indicada. Não é admissível a formalização de candidaturas ou o envio de documentos por correio eletrónico.

Alteração de Júri

Resultados

Questionário de Terminó da Oferta

Admitidos

Masculinos:

Femininos:

Total:

Total SME:

Total Com Auxílio da BEP:

Recrutados

Masculinos:

Femininos:

Total:

Total Portadores Deficiência:

Total SME:

Total Com Auxílio da BEP: